

I Congresso Interdisciplinar Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Rumos para uma realidade humanística

12 a 14 de
setembro

Evento gratuito
com certificação

Publicação científica
com ISBN

F CATÓLICA
DE RONDÔNIA | Saiba mais em
fcr.edu.br.

Apoia:
Itaperó



VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS POR OMISSÃO DO PODER PÚBLICO EM RONDÔNIA: ANÁLISE DO RELATÓRIO DO CIMI 2022

I Congresso Interdisciplinar Empreendedorismo e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: rumos para uma realidade humanística, 1ª edição, de 12/09/2023 a

14/09/2023

ISBN dos Anais: 978-65-5465-061-8

ANDRADE; Rafael Ademir Oliveira de ¹, ALBUQUERQUE; Mariany Piedade Almeida ², FARIAS; Fabiane Artuso de ³, ANDRADE; Miriã Ortiz Passos de ⁴, MARINHO; Larissa Emanuela Fernandes ⁵

RESUMO

Introdução e Objetivo: O objetivo deste trabalho é analisar dados apontados pelo Relatório da violência contra povos indígenas do Conselho Indigenista Missionário no que tange à violência causada contra as populações tradicionais na categoria omissão do poder público na publicação com dados de 2022. O relatório do CIMI é importante ação deste braço indigenista da Igreja Católica no Brasil que condensa notícias e dados públicos sobre violações de Direitos contra os povos indígenas no país e já remonta a mais de uma década de organização e aprimoramento. O Estado brasileiro e o estado de Rondônia são espaços hostis para as populações tradicionais, haja visto o índice de violências e ações políticas (do executivo e legislativo) desde o Brasil Colônia (na figura do Imperador) até o Brasil Contemporâneo (na figura de um Congresso Anti-indígena, como se posiciona o CIMI em documento publicado com este nome), neste contexto, torna-se fundamental compreender como se dá a relação entre povos indígenas e o estado em Rondônia a partir da análise da omissão do poder público em 2022 para que possamos destacar e evidenciar aspectos tão recorrentes na história do país e da região. **Material e Métodos:** O presente trabalho possui natureza qualitativa e como finalidade é uma pesquisa exploratória, tendo como tipificação ser uma pesquisa documental, onde foram retiradas todas as notificações que se relacionem com violações de direitos decorrentes de omissão do poder público contra os povos indígenas em Rondônia dispostos no relatório anual do CIMI, foram encontradas cinco respostas dentro dos critérios supracitados que serão apresentadas no item abaixo deste trabalho. **Resultados e Discussões:** São os dados apontados pelo CIMI com relação aos danos por omissão do Estado em 2022: a falta de manutenção em estradas que dão acesso ao território Karipuna de Rondônia tem servido para dupla causa de riscos, primeiro que dificulta o acesso da comunidade e de agentes de políticas públicas

¹ Universidade Federal de Rondônia, rafael.andrade@saolucas.edu.br

² Centro Universitário São Lucas, marianyalbuquerque1998@gmail.com

³ Centro Universitário São Lucas, artusofabi@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Rondônia, miriaortizpassos@gmail.com

⁵ Centro Universitário São Lucas, laa.emanuela@gmail.com

ao passo que estradas são utilizadas por quem está realizando de forma sistemática roubo de madeira e grilagem de terras na região, algo recorrente no estado, aponta-se também que há a negação de emissão de documentos para membro do povo Guarasugwe pela FUNAI, impossibilitando que tal indivíduo acesso aos seus direitos enquanto membro de comunidade tradicional. Já na área da saúde, temos a escassez de medicamentos e profissionais para atender comunidade que faz uso desta parte do subsistema de saúde indígena na Casa de Saúde Indígena (CASAI) de Porto Velho, há outro relato que se relaciona com a CASAI que é a recorrência de atendimentos desrespeitosos e com qualidade para a comunidade que faz uso da instituição, apontando que há pouca atenção, relação com a questão cultural e orientação, atingindo diversos povos de Rondônia e por fim, ainda neste contexto, indígenas usuários do subsistema de saúde indígena alegam que há uma falha na comunicação entre a comunidade e a SESAI em Ji Paraná, cidade do interior do estado de Rondônia, o que impossibilita um atendimento etnocentrado e que resolva ou que escute as demandas dos povos daquela região. Conclusão: Concluímos então que há, apesar do baixo número de relatos nesta categoria, uma recorrente violência estrutural contra as populações indígenas no estado, especialmente no que tange à saúde indígena onde os três casos relatados dissertam sobre questões da estruturação e implementação da política pública que, quando esmiuçamos suas reverberações, leva inexoravelmente a causa de riscos e vulnerabilidades à diversos indivíduos destas populações. Conclui-se ainda que o baixo número de dados deste trabalho não representa necessariamente um baixo índice de casos, mas sim que as questões estão aglutinadas em torno da não execução das ações e das políticas previstas o que é ainda mais grave do que se os relatos se concentrassem em dez, vinte ou mais casos relacionados à pessoa em sí.

PALAVRAS-CHAVE: povos indígenas, Rondônia, Omissão, Poder Público